



**Projeto Pedagógico do Curso
de Pós-Graduação *Lato Sensu*
em Direito e Jurisdição Aplicada
à Magistratura**

- EAD -

**Curitiba/PR
Abril/2023**

Mantenedora
GRAN CENTRO UNIVERSITÁRIO LTDA – e-MEC 18437
CNPJ: 32.163.997/0001-97

Mantida
GRAN CENTRO UNIVERSITÁRIO – e-MEC 1759

Credenciado pela Portaria Ministerial nº 1396, de 04/07/2001,
(publicada em Diário Oficial da União de 09/07/2001).

Credenciado pela Portaria Ministerial nº 827, de 22/03/2002,
(publicada no DOU em 27/03/2002).

Portaria de Recredenciamento nº 65, de 18 de janeiro de 2017,
(publicada no DOU em 19/01/2017).

Credenciamento em Gran Centro Universitário – UniBagozzi,
Portaria nº 402, de 03 de junho de 2022,
(publicada no DOU de 06/06/2022, Seção 1, Edição 106, Página 141).

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO
DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM DIREITO E JURISDIÇÃO APLICADA À
MAGISTRATURA
Modalidade a Distância

1. Perfil Institucional

1.1. IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR – IES

Quadro 1 – Identificação da Instituição de Ensino Superior – IES

IDENTIFICAÇÃO DA MANTENEDORA: GRAN CENTRO UNIVERSITÁRIO LTDA, CNPJ: 32.163.997/0001-97
Endereço: Luiz Parigot de Souza, nº 961 Bairro: Portão Cidade: Curitiba UF: PR
CEP: 81.070-050 Telefone: (41) 3521-2727

Fonte: Gran Centro Universitário (2022)

1.1.1. Base Legal da Mantenedora

O Gran Centro Universitário é uma Instituição de Educação Superior (IES), mantida pelo Gran Centro Universitário LTDA. Trata-se de uma sociedade civil, pessoa jurídica de direito privado, com fins lucrativos. O Contrato Social da Mantenedora é registrado na Junta Comercial do Paraná, por meio do Registro nº 20227646223, datado de 09/11/2022, com o código de verificação nº 12214549000 e NIRE de nº 41208940492.

1.1.2. Base Legal da IES

Quadro 2 – Identificação da Mantenedora

IDENTIFICAÇÃO DA MANTENEDORA	
Nome:	GRAN CENTRO UNIVERSITÁRIO LTDA
CNPJ:	32.163.997/0001-97
Código e-MEC:	18437
Endereço:	Rua Luiz Parigot de Souza, 961, Portão, Curitiba, PR, CEP: 81.070-050
Data da Fundação:	03 de dezembro de 2018
Natureza Jurídica:	Sociedade Empresária LTDA – Com fins lucrativos

DIRIGENTE DA MANTENEDORA					
Dirigente:	Gabriel Granjeiro				
Cidade:	Brasília	UF:	DF	CEP:	81.070-00
Fone:	(41) 3229-1181				

Fonte: Gran Centro Universitário (2022)

Quadro 3 – Identificação da Instituição Mantida

IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO MANTIDA	
Nome:	GRAN CENTRO UNIVERSITÁRIO
e-MEC:	1759

DIRIGENTE DA INSTITUIÇÃO MANTIDA					
Reitor:	Gabriel Granjeiro				
Endereço:	Rua Caetano Marchesini, nº 952				
Cidade:	Curitiba - Paraná	UF:	PR	CEP:	81.070-050
Fone:	(41) 3521-2727		Fax:	(41)3521-2700	

Fonte: Gran Centro Universitário (2022)

1.2. PERFIL E MISSÃO DA IES

Missão: *Mudar vidas por meio da Educação e da Tecnologia.*

Visão: *Ser a plataforma tecnológica que mais impacta a educação brasileira.*

Valores:

- *Tudo se resume a pessoas servindo outras pessoas;*
- *Somos obcecados pelos nossos alunos;*
- *Inovação é obrigação;*
- *Integridade não tem preço;*
- *Aqui, estamos sempre no 1º dia.*

1.3. BREVE HISTÓRICO DA IES

1.3.1. O Gran Centro Universitário

O Gran, uma EdTech brasileira que tem como missão mudar a vida de seus alunos por meio da educação e da tecnologia. A companhia, que completou 10 anos em 2022, é jovem, mas já tem um histórico sólido e de destaque, inclusive internacional. Foi reconhecida como a 5ª empresa mais inovadora da América Latina pela FastCompany, possui tecnologia de ponta que tem democratizado o ensino em todo o país e alcançou números que denotam sua vasta expertise de oferecer educação e ferramentas de excelência, mudando a vida de dezenas de milhares de alunos na última década.

A paixão por mudar vidas é o eixo condutor para qualquer movimento feito pelo Gran e os meios dessa transformação são a educação e a tecnologia, com ferramentas de aprendizagem pensadas em levar o melhor conteúdo, aliado a instrumentos que potencializam o estudo e aceleram o aprendizado. Desta forma, as TICs (**Tecnologias de Informação e Comunicação**) são essencialmente valorizadas pelo Gran, pois geram o acesso ao conhecimento e multiplicam as possibilidades de interação, ensino e aprendizado à comunidade acadêmica que, munida dessas ferramentas, torna a aprendizagem ativa e passa a protagonizar o processo educativo.

1.4. VOCAÇÃO GLOBAL

Os princípios e as ações a serem delineadas são fundamentais para que o **Gran Centro Universitário** promova as alterações necessárias à implementação das mudanças na busca de uma Instituição que seja fruto, permanentemente, do engajamento de suas metas/objetivos propostos pela comunidade acadêmica **Gran**. Dentre os objetivos globais traçados, destacam-se:

- estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- formar cidadãos e profissionais nas áreas de conhecimento em que atuar, aptos para a inserção nas respectivas carreiras e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, promovendo ações para sua formação continuada;
- incentivar a investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia, da criação e difusão da cultura e o entendimento do homem e do meio em que vive;
- promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento pessoal, cultural e profissional e possibilitar sua correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- estimular o conhecimento dos problemas do mundo globalizado e, simultaneamente, prestar serviços especializados à comunidade, estabelecendo com esta uma relação de reciprocidade;
- promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição;
- contribuir para a redução das desigualdades sociais e regionais e desenvolver ações afirmativas para a promoção de igualdade de condições com vistas à inclusão social.

2. Coordenação do Curso

Renato Coelho Borelli

Juiz Federal do TRF 1. Foi Juiz Federal do TRF 5. Atuou no CARF/Ministério da Fazenda como Conselheiro (antigo Conselho de Contribuintes). É formado em Direito e Economia, com especialização em Direito Público, Direito Tributário e Sociologia Jurídica.

E-mail: rcoelhoborelli@gmail.com

Telefone: (61) 99959-1980

3. Dados do Curso

Nome do curso: DIREITO E JURISDIÇÃO APLICADA À MADISTRATURA

Modalidade: EAD

Carga horária: 388 h (disciplinas) + 40h (trabalho de conclusão de curso)

Periodicidade: oferta permanente

Período: 6 a 24 meses

4. Aspectos Gerais do Projeto Pedagógico

4.1. JUSTIFICATIVA DA OFERTA DO CURSO

O curso de Pós-graduação Lato Sensu em Direito e Jurisdição (Magistratura) propõe um modelo pedagógico genuíno, baseado nas melhores ofertas do segmento acadêmico de pós-graduação e visa oferecer a expertise necessária para os casos apresentados no cotidiano do Poder Judiciário.

4.2. OBJETIVOS DO CURSO

O aluno terá condições de descrever o processo histórico de constitucionalização da sociedade, ao lado do desenvolvimento das concepções de constituições que avança até o reconhecimento da normatividade das normas constitucionais.

4.3. CONTRIBUIÇÕES PARA O EGRESSO

Também terá o aluno aptidão para aplicar o conteúdo dos direitos fundamentais, da teoria e prática da organização do estado, da separação de poderes e do controle de constitucionalidade das leis, reconhecendo diversos institutos do Direito, nas mais diversas esferas de atuação, como também na realização de concursos para a Magistratura, a partir das aprofundadas discussões e reflexões sobre o conteúdo que compõe as disciplinas, de acordo com teoria e jurisprudência atualizadas. O curso oferece, ainda, visão quanto à gestão administrativa das unidades jurisdicionais (Varas), bem como formação ao aluno para a elaboração de sentenças, indispensável para que operadores, e também candidatos a concursos, compreendam o processo de raciocínio e argumentação jurídica do magistrado, para fins de aprendizado e crítica nas esferas recursais.

4.4. PÚBLICO-ALVO

Bacharéis em Direito, advogados, servidores públicos e demais profissionais aspirantes à carreira da Magistratura.

4.5. FORMA DE INGRESSO

Matrículas vinculadas ao sistema Gran Cursos Online, atendendo ao pré-requisito legal.

5. Estrutura Curricular Do Curso

5.1. METODOLOGIA

Utilizar-se-á o método de exposição tradicional, por meio de aulas gravadas de disponibilizadas na Plataforma, bem como a aprendizagem focada no aluno, tornando-o ainda mais ativo, tendo o professor como facilitador.

Além disso, haverá aulas ao vivo, síncronas, e objetos de aprendizagem de modo a permitir maior interação entre o professor e os alunos, esclarecendo dúvidas e ampliando o diálogo.

5.2. MATRIZ CURRICULAR

Unidade Curricular		CH Horária
01	Direito Constitucional	68h
02	Direito Constitucional e Teoria do Estado	20h
03	Teoria Geral do Processo Constitucional e Ações Constitucionais Coletivas	20h
04	Teoria Geral do Processo Constitucional e Ações Constitucionais Coletivas II	30h
05	Processo Civil e Aspectos Recursais (A Visão dos Tribunais Superiores)	15h
06	Técnicas – Sentença Cível (Justiça Estadual)	10h
07	Técnicas – Sentença Cível (Justiça Federal)	10h
08	Direito Administrativo	60h
09	Direito Penal e Direito Processual Penal Contemporâneo	20h
10	Técnicas – Sentença Penal	20h
11	Direito Processual Civil	60h
12	Teoria das Provas e Meios de Obtenção	20h
13	Medidas Cautelares, Prisão Processual e Liberdade Provisória	20h
14	Sociologia e Filosofia Jurídica	10h
15	Gestão Administrativa das Varas	5h
TOTAL DAS DISCIPLINAS		388 h/a
Trabalho de Conclusão de Curso (OPCIONAL)		40 h/a
TOTAL DO CURSO		428 h/a

5.3. COMPONENTES CURRICULARES

Disciplina: DIREITO CONSTITUCIONAL

Carga horária: 68 h/a

Objetivos: Interpretar e aplicar as normas, desenvolvendo capacidade de atuação investigativa no Estado Democrático de Direito, propondo soluções e decidindo em consonância com os ditames constitucionais.

Conteúdo programático: Direito constitucional. Natureza, conceito e objeto. Perspectiva sociológica. Perspectiva política. Perspectiva jurídica. Fontes formais. Concepção positiva. Constituição. Sentidos sociológico, político e jurídico; conceito, objetos e elementos. Classificações das constituições. Constituição material e constituição formal. Constituição garantia e constituição-dirigente. Normas constitucionais. Poder constituinte: fundamentos do poder constituinte; poder constituinte originário e derivado; reforma e revisão constitucionais; limitação do poder de revisão; emendas à Constituição. Controle de constitucionalidade. Conceito e sistemas de controle de constitucionalidade. Inconstitucionalidade: por ação e por omissão. Sistema brasileiro de controle de constitucionalidade. Fundamentos constitucionais dos direitos e deveres fundamentais. Direitos e deveres individuais e coletivos. Direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. Direitos sociais, nacionalidade, cidadania e direitos políticos. Partidos políticos. Garantias constitucionais individuais. Garantias dos direitos coletivos, sociais e políticos. Remédios do direito constitucional. Poder Legislativo: fundamento, atribuições e garantias de independência. Processo legislativo: fundamento e garantias de independência, conceito, objetos, atos e procedimentos. Poder Executivo. Forma e sistema de governo. Chefia de Estado e chefia de governo. Atribuições e responsabilidades do presidente da República. Poder Judiciário. Disposições gerais. Supremo Tribunal Federal. Superior Tribunal de Justiça Tribunais regionais federais e juízes federais. Tribunais e juízes dos estados. Funções essenciais à justiça. Defesa do Estado e das instituições democráticas. Segurança pública. Organização da segurança pública. Atribuições constitucionais da Polícia Federal. Ordem social. Base e objetivos da ordem social. Seguridade social. Educação, cultura e desporto. Ciência e tecnologia. Comunicação social. Meio ambiente. Família, criança, adolescente e idoso. Índios.

Bibliografia básica:

MENDES, Gilmar et al. Curso de direito constitucional. São Paulo: Saraiva, 2019.

MORAES, Alexandre de. Direito constitucional. São Paulo: Atlas, 2016.

SILVA, José Afonso da. Curso de direito constitucional positivo. São Paulo: Malheiros, 2019.

Bibliografia complementar:

CATTONI DE OLIVEIRA, Marcelo Andrade. “Contribuições para uma Teoria Crítica da Constituição”, 2017.

CUNHA, Rosa Maria Cardoso da. “O Caráter Retórico do Princípio da Legalidade. Ed. Síntese: Porto Alegre. 1979.

MAGLIE, Cristina de. Dos Crimes culturalmente motivados: Ideologias e modelos penais. Trad. Stephan Doering Darcie. Ed. Revista dos Tribunais: São Paulo. 2017.

BARROSO, Luís Roberto. O direito constitucional e a efetividade de suas normas: limites e possibilidades da constituição brasileira. 9. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Renovar, 2009. 410 p.

MENDES, Conrado Hübner. Controle de constitucionalidade e democracia. Rio de Janeiro.

Disciplina: DIREITO CONSTITUCIONAL E TEORIA DO ESTADO

Carga horária: 20 h/a

Objetivos: Analisar e discutir a temática “Constituição e sociedade”, com foco na efetivação dos direitos fundamentais e desenvolvimento de políticas públicas. Sociedade, Constituição e mudanças

sociais. Direitos Fundamentais e efetividade. Políticas Públicas e Direitos Fundamentais. Conteúdo programático: Estado. Conceito, origem, histórico, teorias e tipologia. Estado Antigo, o Estado Feudal, o Estado Absolutista, o Estado Liberal, o Estado Totalitário ou Ditatorial e o Estado de Bem-Estar Social. Organicismo e Contratualismo. Elementos do Estado. Soberania. Sistemas Econômicos do Estado Contemporâneo. Dominação e legitimidade do Estado Contemporâneo. Formas, sistemas e regimes de Governo. Formas de Estado e Federação. Crise do Estado Contemporâneo: Globalização e neoliberalismo. Direito e Jurisdição.

Bibliografia básica:

BOBBIO, Norberto. Teoria do Ordenamento Jurídico. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. Estado de Direito. Lisboa: Gradiva, 1999.

FALCÃO, Joaquim Falcão. Democracia, Direito e Terceiro Setor. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

Bibliografia complementar:

LAMOUNIER, Bolívar. Rui Barbosa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

MATURANA, Humberto. Emoções e Linguagem na Educação e na Política. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

UNGER, Roberto Mangabeira. O direito e o Futuro da Democracia. São Paulo: Boitempo, 2004.

Disciplina: TEORIA GERAL DO PROCESSO CONSTITUCIONAL E AÇÕES CONSTITUCIONAIS COLETIVAS

Carga horária: 20 h/a

Objetivos: Definição da relevância do Direito Constitucional e das Demanda Coletivas Constitucionais na concretização da formação humanística, técnica e prático-jurídica, proporcionando o desenvolvimento crítico e reflexivo de tais fenômenos jurídicos-processuais, além do desenvolvimento da argumentação-lógica, raciocínio e pesquisa científica.

Conteúdo programático: Processo Constitucional: Constituição e Processo. Teoria Geral do Processo Constitucional. Princípios Constitucionais no Estado Democrático de Direito. Normas Fundamentais Processuais. Conceitos. Principiologia do Direito Processual Constitucional. Instrumentos constitucionais/processuais. Instrumentos constitucionais de garantia dos Direitos Fundamentais. Jurisdição constitucional das liberdades. Processualística Recursal Constitucional: Recursos Ordinário, Especial e Extraordinário Perspectivas do Direito Processual Constitucional. Precedentes jurisdicionais. A Tutela Coletiva de Direitos no Sistema Processual Brasileiro. Fundamentos e Princípios Constitucionais do Processo Coletivo. Ações Constitucionais Coletivas Típicas: Ação Civil Pública. Ação Popular. Mandado de Segurança – individual e coletivo. Perspectivas do Direito Processual Constitucional. Precedentes jurisdicionais.

Bibliografia básica:

DIDIER JR, Fredie. Curso de Direito Processual Civil. Volume I. 22ª edição. Salvador: Juspodivm, 2020.

DINAMARCO, Cândido Rangel; LOPES, Bruno Vasconcelos Carrilho; BADARÓ, Gustavo Henrique Righi Ivahy. Teoria Geral do novo Processo Civil. 32ª ed. rev. atual. São Paulo: Juspodivm, 2020.

MARINONI, Luiz Guilherme, ARENHART, Sérgio Cruz, MITIDIERO, Daniel. Curso de Processo Civil - Volume 1. 5ª ed. rev. atual. amp. Editora RT, 2020.

Bibliografia complementar:

DINAMARCO, Cândido R. A instrumentalidade do processo. São Paulo, SP: Malheiros, 2015.

DONIZETTI, Elpidio. Curso de Direito Processual Civil. 23 Ed. São Paulo, SP: Atlas, 2020

BUENO, Cassio Scarpinella. Manual de Direito Processual Civil. 6 ed. amp. atual. rev. São Paulo: Saraiva, 2020

Disciplina: TEORIA GERAL DO PROCESSO CONSTITUCIONAL E AÇÕES CONSTITUCIONAIS COLETIVAS II

Carga horária: 30 h/a

Objetivos: Definição da relevância do Direito Constitucional e das Demanda Coletivas Constitucionais na concretização da formação humanística, técnica e prático-jurídica, proporcionando o desenvolvimento crítico e reflexivo de tais fenômenos jurídicos-processuais, além do desenvolvimento da argumentação-lógica, raciocínio e pesquisa científica.

Conteúdo programático: Processo Constitucional: Constituição e Processo. Teoria Geral do Processo Constitucional. Princípios Constitucionais no Estado Democrático de Direito. Normas Fundamentais Processuais. Conceitos. Principiologia do Direito Processual Constitucional. Instrumentos constitucionais/processuais. Instrumentos constitucionais de garantia dos Direitos Fundamentais. Jurisdição constitucional das liberdades. Processualística Recursal Constitucional: Recursos Ordinário, Especial e Extraordinário Perspectivas do Direito Processual Constitucional. Precedentes jurisdicionais. A Tutela Coletiva de Direitos no Sistema Processual Brasileiro. Fundamentos e Princípios Constitucionais do Processo Coletivo. Ações Constitucionais Coletivas Típicas: Ação Civil Pública. Ação Popular. Mandado de Segurança – individual e coletivo. Perspectivas do Direito Processual Constitucional. Precedentes jurisdicionais.

Bibliografia básica:

DIDIER JR, Fredie. Curso de Direito Processual Civil. Volume I. 22ª edição. Salvador: Juspodivm, 2020.
DINAMARCO, Cândido Rangel; LOPES, Bruno Vasconcelos Carrilho; BADARÓ, Gustavo Henrique Righi Ivahy. Teoria Geral do novo Processo Civil. 32ª ed. rev. atual. São Paulo: Juspodivm, 2020.
MARINONI, Luiz Guilherme, ARENHART, Sérgio Cruz, MITIDIERO, Daniel. Curso de Processo Civil - Volume 1. 5ª ed. rev. atual. amp. Editora RT, 2020.

Bibliografia complementar:

DINAMARCO, Cândido R. A instrumentalidade do processo. São Paulo, SP: Malheiros, 2015.
DONIZETTI, Elpídio. Curso de Direito Processual Civil. 23 Ed. São Paulo, SP: Atlas, 2020
BUENO, Cassio Scarpinella. Manual de Direito Processual Civil. 6 ed. amp. atual. rev. São Paulo: Saraiva, 2020

Disciplina: PROCESSO CIVIL E ASPECTOS RECURSAIS (A VISÃO DOS TRIBUNAIS SUPERIORES)

Carga horária: 15 h/a

Objetivos: Proporcionar conhecimento de aspectos processuais junto aos Tribunais Superiores, com ênfase na jurisprudência.

Conteúdo programático: Recursos, natureza, conceitos, hipóteses de cabimento e detalhes procedimentais de cada modalidade recursal.

Bibliografia básica:

DIDIER JUNIOR, Fredie. Curso de Direito Processual Civil, V. 3., 18. ed., Salvador: JusPodivm, 2021.
MARINONI, Luiz Guilherme, ARENHART, Sérgio Cruz, MITIDIERO, Daniel. Código de Processo Civil comentado. 6. ed. São Paulo: RT, 2020.
MEDINA, José Manuel Garcia. Código de Processo Civil comentado. São Paulo: RT, 2020.

Bibliografia complementar:

MANCUSO, Rodolfo de Camargo. Recurso Extraordinário e Recurso Especial. São Paulo: RT, 2020.
NERY JUNIOR, Nelson. Teoria Geral dos Recursos. São Paulo, RT, 2014.
JORGE, Flávio Cheim. Teoria Geral dos Recursos Cíveis. 8. ed., São Paulo: RT, 2020.

Disciplina: TÉCNICAS – SENTENÇA CÍVEL (JUSTIÇA ESTADUAL)

Carga horária: 10 h/a

Objetivos: Proporcionar ao aluno o conhecimento e o entendimento das normas e técnicas necessárias à elaboração a de sentenças e dos demais provimentos judiciais emanados em primeiro grau de

jurisdição, capacitando-o a aplicá-los no exercício das suas funções. Possibilitar que, por meio da técnica apropriada de formular e escrever, a prestação jurisdicional seja eficiente.

Conteúdo programático: Teoria geral da sentença. A sentença como norma jurídica individualizada. Elementos: relatório, fundamentação e dispositivo. Congruência externa e interna. Classificação quanto ao seu conteúdo. Efeitos - eficácia principal, reflexa e anexa. Publicação, retratação e integração. II - Aspectos práticos (estrutura e técnicas de redação): questões preliminares e questão meritória.

Bibliografia básica:

BUENO, Cassio Scarpinella. Manual de Direito Processual Civil. São Paulo: Saraiva, 2020.

DIDIER JR., Fredie. Curso de Direito Processual Civil. Salvador: Jus Podium, 2020.

NEVES, Manual de Direito Processual Civil. Volume único. Belo Horizonte: Juspodium, 2020.

Bibliografia complementar:

CAMARA, Alexandre Freitas. O Novo Processo Civil Brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2020.

GAJARDONI, Fernando da Fonseca. DELLORE, Luiz. ROQUE, André Vasconcelos. Oliveira JR, Zulmar Duarte. Processo de Conhecimento e Cumprimento de Sentença – Comentários ao CPC de 2015. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

MEDINA, José Miguel Garcia. Novo Código de Processo Civil comentado: com remissões e notas comparativas ao CPC/1973. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.

Disciplina: TÉCNICAS – SENTENÇA CÍVEL (JUSTIÇA FEDERAL)

Carga horária: 10 h/a

Objetivos: Proporcionar ao aluno o conhecimento e o entendimento das normas e técnicas necessárias à elaboração de sentenças e dos demais provimentos judiciais emanados em primeiro grau de jurisdição, capacitando-o a aplicá-los no exercício das suas funções. Possibilitar que, por meio da técnica apropriada de formular e escrever, a prestação jurisdicional seja eficiente.

Conteúdo programático: Teoria geral da sentença. A sentença como norma jurídica individualizada. Elementos: relatório, fundamentação e dispositivo. Congruência externa e interna. Classificação quanto ao seu conteúdo. Efeitos - eficácia principal, reflexa e anexa. Publicação, retratação e integração. II - Aspectos práticos (estrutura e técnicas de redação): questões preliminares e questão meritória.

Bibliografia básica:

BUENO, Cassio Scarpinella. Manual de Direito Processual Civil. São Paulo: Saraiva, 2020.

DIDIER JR., Fredie. Curso de Direito Processual Civil. Salvador: Jus Podium, 2020.

NEVES, Manual de Direito Processual Civil. Volume único. Belo Horizonte: Juspodium, 2020.

Bibliografia complementar:

CAMARA, Alexandre Freitas. O Novo Processo Civil Brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2020.

GAJARDONI, Fernando da Fonseca. DELLORE, Luiz. ROQUE, André Vasconcelos. Oliveira JR, Zulmar Duarte. Processo de Conhecimento e Cumprimento de Sentença – Comentários ao CPC de 2015. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

MEDINA, José Miguel Garcia. Novo Código de Processo Civil comentado: com remissões e notas comparativas ao CPC/1973. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.

Disciplina: DIREITO ADMINISTRATIVO

Carga horária: 60 h/a

Objetivos: Propiciar a formação de base teórica e a reflexão das noções iniciais e fundamentais do Direito Administrativo contemporâneo, aplicadas às atividades do Delegado de Polícia.

Conteúdo programático: Introdução ao direito administrativo. Os diferentes critérios adotados para a conceituação do direito administrativo. Objeto do direito administrativo. Fontes do direito administrativo. Regime jurídico-administrativo: princípios do direito administrativo. Princípios

da administração pública. Administração pública. Conceito de administração pública sob os aspectos orgânico, formal e material. Órgão público: conceito e classificação. Servidor: cargo e funções. Atribuições. Competência administrativa: conceito e critérios de distribuição. Avocação e delegação de competência. Ausência de competência: agente de fato. Administração direta e indireta. Autarquias. Fundações públicas. Empresas públicas e privadas. Sociedades de economia mista. Entidades paraestatais. Dispositivos pertinentes contidos na Constituição Federal de 1988. Atos administrativos. Conceitos, requisitos, elementos, pressupostos e classificação. Fato e ato administrativo. Atos administrativos em espécie. Parecer: responsabilidade do emissor do parecer. O silêncio no direito administrativo. Cassação. Revogação e anulação. Processo administrativo. Lei nº 9.784/1999. Fatos da administração pública: atos da administração pública e fatos administrativos. Formação do ato administrativo: elementos, procedimento administrativo. Validade, eficácia e autoexecutoriedade do ato administrativo. Atos administrativos simples, complexos e compostos. Atos administrativos unilaterais, bilaterais e multilaterais. Atos administrativos gerais e individuais. Atos administrativos vinculados e discricionários. Mérito do ato administrativo, discricionariedade. Ato administrativo inexistente. Teoria das nulidades no direito administrativo. Atos administrativos nulos e anuláveis. Vícios do ato administrativo. Teoria dos motivos determinantes. Revogação, anulação e convalidação do ato administrativo. Poderes da administração pública. Hierarquia: poder hierárquico e suas manifestações. Poder disciplinar. Poder de polícia. Polícia judiciária e polícia administrativa. Liberdades públicas e poder de polícia. Principais setores de atuação da polícia administrativa. Serviços públicos. Concessão, permissão, autorização e delegação. Serviços delegados. Convênios e consórcios. Conceito de serviço público. Caracteres jurídicos. Classificação e garantias. Usuário do serviço público. Extinção da concessão de serviço público e reversão dos bens. Permissão e autorização. Intervenção no domínio econômico: desapropriação. Licitações. Conceito, finalidades, princípios e objeto. Obrigatoriedade, dispensa, inexistibilidade e vedação. Modalidades. Procedimento, revogação e anulação. Sanções penais. Normas gerais de licitação. Legislação pertinente: Lei nº 8.666/1993 e suas alterações; Lei nº 10.520/2002 e suas alterações, bem como demais disposições normativas relativas ao pregão; Instrução Normativa do STN nº 1/1997 e suas alterações. Sistema de registro de preços. Contratos administrativos. Conceito, peculiaridades e interpretação. Formalização. Execução, inexecução, revisão e rescisão. Convênios e consórcios administrativos. Controle da administração pública. Conceito, tipos e formas de controle. Controle interno e externo. Controle parlamentar. Controle pelos tribunais de contas. Controle administrativo. Recurso de administração. Reclamação. Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992 e suas alterações). Sistemas de controle jurisdicional da administração pública: contencioso administrativo e sistema da jurisdição una. Controle jurisdicional da administração pública no direito brasileiro. Controle da atividade financeira do Estado: espécies e sistemas. Tribunal de Contas da União (TCU) e suas atribuições; entendimentos com caráter normativo exarados pelo TCU. Sistema de correição do poder executivo federal: Decreto nº 5.480/2005, Decreto nº 5.683/2006, Decreto nº 7.128/2010, Portaria CGU nº 335/2006. Pedido de reconsideração e recurso hierárquico próprio e impróprio. Prescrição administrativa. Representação e reclamação administrativas. Advocacia pública consultiva. Hipóteses de manifestação obrigatória. Responsabilidades do parecerista e do administrador público pelas manifestações exaradas, quando age em acordo ou em desacordo com tais manifestações. Agentes públicos e servidores públicos. Agentes públicos (servidor público e funcionário público). Natureza jurídica da relação de emprego público. Preceitos constitucionais. Servidor efetivo e vitalício: garantias. Estágio probatório. Servidor ocupante de cargo em comissão. Direitos, deveres e responsabilidades dos servidores públicos civis. 10.8 Lei nº 8.112/1990 e suas alterações. Regime jurídico peculiar dos funcionários policiais civis da União e do Distrito Federal (Lei nº 4.878/1965). Regime disciplinar e processo administrativo-disciplinar. Improbidade administrativa. Lei nº 8.429/1992. Lei Complementar

nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). Formas de provimento e vacância dos cargos públicos. Exigência constitucional de concurso público para investidura em cargo ou emprego público. Bens públicos. Classificação e caracteres jurídicos. Natureza jurídica do domínio público. Domínio público terrestre: evolução do regime jurídico das terras públicas (urbanas e rurais) no Brasil. Terras devolutas. Vias públicas, cemitérios públicos e portos. Utilização dos bens públicos: autorização, permissão e concessão de uso, ocupação, aforamento, concessão de domínio pleno. Limitações administrativas. Zoneamento. Polícia edilícia. Zonas fortificadas e de fronteira. Florestas. Tombamento. Servidões administrativas. Requisição da propriedade privada. Ocupação temporária. Responsabilidade civil do Estado. Responsabilidade patrimonial do Estado por atos da administração pública: evolução histórica e fundamentos jurídicos. Teorias subjetivas e objetivas da responsabilidade patrimonial do Estado. Responsabilidade patrimonial do Estado por atos da administração pública no direito brasileiro. Direito administrativo disciplinar. Fontes; princípios; ilícito de direito administrativo disciplinar; procedimentos disciplinares da administração pública. Lei nº 4.878/1965. Lei nº 8.112/1990: regime disciplinar. Lei nº 9.784/1999. Decreto nº 59.310/1966. Lei nº 9.266/1996 e suas alterações. Lei nº 11.358/2006.

Bibliografia básica:

MAZZA, Alexandre. Direito Administrativo na prática. São Paulo: Saraiva, 2020.

OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Saraiva, 2020.

PIRES, Gabriel Lino de Paula. Manual de Direito Administrativo. São Paulo. Revista dos Tribunais, 2020.

Bibliografia complementar:

BUCCI, Maria Paula Dallari. Direito Administrativo e Políticas Públicas. São Paulo: Saraiva, 2013.

CRETELLA JÚNIOR, José. Curso de Direito Administrativo. Rio de Janeiro: Forense, 2003.

MARINELA, Fernanda. Direito Administrativo. São Paulo: Saraiva, 2020.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Malheiros, 2008.

MAZZA, Alexandre. Manual de Direito Administrativo. São Paulo: Saraiva, 2014.

Disciplina: DIREITO PENAL E DIREITO PROCESSUAL PENAL CONTEMPORÂNEO

Carga horária: 20 h/a

Objetivos: Apresentar e analisar o Direito Penal e Processual Penal na visão dos Tribunais Superiores.

Conteúdo programático: Informativos do Superior Tribunal Federal. Informativos do Superior Tribunal de Justiça. Súmulas do Supremo Tribunal Federal. Súmulas do Superior Tribunal de Justiça.

Bibliografia básica:

TIBURCIO, Antonio Augusto. Interpretação das Decisões Judiciais: Particularidades, Critérios e Instrumentos. Salvador: Juspodium, 2020.

CAVALCANTE, Márcio André Lopes. Vademecum de Jurisprudência – Dizer o Direito. Salvador: Juspodium, 2020.

CAVALCANTE, Márcio André Lopes. Súmulas do STF e do STJ. Salvador: Juspodium, 2020.

Bibliografia complementar:

BUSATO, Paulo César. Fundamentos para um direito penal democrático. 4. ed., São Paulo: Atlas, 2013.

HASSEMER, Winfried. Persona, mundo y responsabilidad: bases para una teoría de la imputación en derecho penal; trad. Francisco Muñoz Conde e María del Mar Díaz Pita. Santa Fé de Bogotá – Colômbia: Editorial Temis S. A., 1999.

GOMES, Luiz Flávio. Norma e bem jurídico no direito penal: normas penais primárias e secundárias, normas valorativas e imperativas, introdução ao princípio da ofensividade, lineamentos da teoria constitucional do fato punível, teoria do bem jurídico-penal, o bem jurídico protegido nas falsidades documentais. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002.

ROXIN, Claus. Política criminal y sistema del derecho penal. Traducción e introducción de Francisco

Muñoz Conde. 2.^a ed. Buenos Aires: Hammurabi, 2002.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl; BATISTA, Nilo; ALAGIA, Alejandro; SLOKAR, Alejandro. Direito penal brasileiro: teoria do delito: introdução histórica e metodológica, ação e tipicidade. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2010.

Disciplina: TÉCNICAS – SENTENÇA PENAL

Carga horária: 20 h/a

Objetivos: Proporcionar ao aluno o conhecimento e o entendimento das normas e técnicas necessárias à elaboração de sentenças e dos demais provimentos judiciais emanados em primeiro grau de jurisdição, capacitando-o a aplicá-los no exercício das suas funções. Possibilitar que, por meio da técnica apropriada de formular e escrever, a prestação jurisdicional seja eficiente.

Conteúdo programático: Conceito, requisitos e pressupostos da sentença; Estrutura da sentença (relatório, fundamentação, parte dispositiva e autêntica); Espécies de sentenças; A pena no sistema brasileiro; Dosimetria da pena; Individualização da pena; Análise das circunstâncias judiciais; Circunstâncias legais (atenuantes e agravantes); Critérios para dosagem das circunstâncias legais; Causas de diminuição e de aumento de pena; Concurso de circunstâncias legais e de causas de diminuição e de aumento de pena; Fixação da pena de multa; Prescrição. Concurso de crimes; Regimes de cumprimento das penas; Substituição da pena privativa de liberdade; Suspensão condicional da pena; Direito de apelação em liberdade. Indenização mínima. Detração. Providências finais. Efeitos da condenação. Modelos.

Bibliografia básica:

AVENA, Norberto. Processo Penal esquematizado. 9. Ed. São Paulo: Método, 2020.

GRECO, Rogério. Código Penal Comentado. 14. Ed. Rio de Janeiro: Editora Impetus, 2020.

GRINOVER, Ada Pellegrini; GOMES FILHO, Antônio Magalhães; FERNANDES, Antônio Scarance. As Nulidades no Processo Penal. 12. Ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011.

Bibliografia complementar:

LIMA, Renato Brasileiro de. Manual de Processo Penal. 8 ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2020.

LOPES JR., Aury. Direito Processual Penal. 17 ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

LUNARDI, Fabrício Castagna; REZENDE, Luiz Otávio. Curso de sentença penal: técnica, prática e desenvolvimento de habilidades. 4 ed. Salvador: Juspodivm, 2020.

Disciplina: DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Carga horária: 60 h/a

Objetivos: Conhecer e interpretar os institutos processuais de forma transversal, aprofundando a capacidade de atuação do Delegado de Polícia. Aplicar os princípios e normas processuais na atividade do Delegado. Desenvolver competências nas diversas instâncias.

Conteúdo programático: Jurisdição: natureza; conceito; características; espécies; problemática da jurisdição voluntária; princípios; estrutura constitucional (poder judiciário, organização judiciária, atividade jurisdicional, atividades essenciais à justiça); equivalentes jurisdicionais (autotutela, autocomposição, mediação e arbitragem). Jurisdição constitucional das liberdades e seus principais mecanismos: habeas corpus no processo civil; mandado de segurança individual e coletivo; habeas data; ação popular; ação civil pública; natureza, conceitos, hipóteses de cabimento e detalhes procedimentais de cada modalidade. Competência. Conceito, critérios de distribuição, espécies. Identificação do foro competente. Modificações (conexão, continência, prevenção), perpetuatio jurisdictionis, conflitos positivos e negativos. Competência interna e internacional (concorrente e exclusiva), homologação de sentença estrangeira. Competência da justiça federal. Tutela. Tutelas jurídica e jurisdicional; tutelas processual e satisfativa; tutelas inicial e final. Tutelas de urgência:

conceito, espécies, extensão, profundidade. Antecipação dos efeitos da tutela: natureza, conceito, características e limites. Tutela cautelar: natureza e conceito; distinção em relação à antecipação de tutela. Poder geral de cautela. Cautelares inominadas: pressupostos, espécies, procedimento cautelar. Cautelares nominadas (detalhes e procedimentos): arresto, sequestro, caução, busca e apreensão, exibição, produção antecipada de provas, protestos, notificações e interpelações, atentado.

Bibliografia básica:

NEVES, Manual de Direito Processual Civil. Volume único. Belo Horizonte: Juspodium, 2020.

BUENO, Cassio Scarpinella. Manual de Direito Processual Civil. São Paulo: Saraiva, 2020.

CAMARA, Alexandre Freitas. O Novo Processo Civil Brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2020.

Bibliografia complementar:

ALLORIO, Enrico. Problemas del derecho procesal. T II. Buenos Aires: EJE, 2007.

DIDIER JUNIOR, Fredie. Curso de Direito Processual Civil. São Paulo: Saraiva, 2020.

GUEDES, Jefferson Carús. Comentários ao Código de Processo Civil: arts. 719 ao 770. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016 (Coleção Comentários ao Código de Processo Civil; vol. XI / coordenação Luiz Guilherme Marinoni, Sérgio Cruz Arenhart, Daniel Mitidiero).

MEDINA, José Miguel Garcia. Novo Código de Processo Civil comentado: com remissões e notas comparativas ao CPC/1973. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.

NEGRÃO, Theotônio. Código de processo civil e legislação processual em vigor. 47ª ed., atual. e reformada. São Paulo: Saraiva, 2016.

Disciplina: TEORIA DAS PROVAS E MEIOS DE OBTENÇÃO

Carga horária: 20 h/a

Objetivos: Relacionar as diversas formas de obtenção de prova e suas particularidades casuísticas.

Conteúdo programático: Conceito, sentido e distinções de Prova. Fato, vestígio, indício e prova. Objeto, fontes, elementos, meios e finalidade. Meios de obtenção de prova. Classificação e espécies. Sistema de avaliação e valoração. Princípios Informadores. Classificação. Ônus e produção da prova. Procedimentos. Cadeia de Custódia. Provas ilícitas. Provas ilegítimas. Provas em espécie.

Bibliografia básica:

BADARÓ, Gustavo Henrique Righi Ivahy. Ônus da prova no processo penal. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

BARROS, Marco Antonio de. A busca da verdade no processo penal. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

LIMA, Renato Brasileiro de. Manual de Processo Penal. 8. ed. Salvador: Ed. Jus Podivm, 2020.

Bibliografia complementar:

DINAMARCO, Cândido Rangel. A instrumentalidade do processo. 15. ed. rev. atual. São Paulo: Malheiros, 2013.

FERNANDES, Antonio Scarance. Processo penal constitucional. 6. ed., São Paulo: RT, 2010.

LOPES JUNIOR, Aury. Direito Processual Penal. 17. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

PACELLI, Eugênio. Direito penal e processual penal contemporâneos. São Paulo: Atlas, 2019.

NUCCI, Guilherme de Souza. Código de Processo Penal Comentado. 19. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

Disciplina: MEDIDAS CAUTELARES, PRISÃO PROCESSUAL E LIBERDADE PROVISÓRIA

Carga horária: 20 h/a

Objetivos: Desenvolver, através de senso crítico, a compreensão e a operacionalização das medidas cautelares prisionais e não prisionais no âmbito federal.

Conteúdo programático: Delineamentos constitucionais e hermenêuticos indissociáveis para compreensão da prisão provisória e soltura. Medidas Cautelares e Prisão processual: Visão panorâmica das prisões no ordenamento processual penal brasileiro e a cautelaridade das prisões processuais. Uso de algemas. Privacidade versus direito à informação. Prisão em flagrante de delito. Prisão temporária.

Prisão preventiva. Dever de fundamentação. Execução provisória da pena no Tribunal do Júri. Soltura: Institutos restabelecedores do 'status libertatis' no curso das perseguições penais. Do relaxamento da prisão ilegal. A liberdade provisória. Revogação da prisão preventiva. Dever de revisão do decreto preventivo. Prisão Domiciliar e Habeas corpus coletivo.

Bibliografia básica:

LOPES JUNIOR, Aury. Prisões Cautelares. São Paulo: Saraiva, 2017.

LIMA, Renato Brasileiro de. Manual de Processo Penal. 8. ed. Salvador: Ed. Jus Podivm, 2020.

SAMPAIO JÚNIOR, José Herval; NETO, Pedro Rodrigues Caldas. Manual de prisão e soltura sob a ótica constitucional. São Paulo: Método, 2011.

Bibliografia complementar:

LOPES JUNIOR, Aury. Direito Processual Penal. 17. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

NUCCI, Guilherme de Souza. Código de Processo Penal Comentado. 19. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

PACELLI, Eugênio. Direito penal e processual penal contemporâneos. São Paulo: Atlas, 2019.

BARROS, Romeu Pires de Campos. Processo penal cautelar. Rio de Janeiro Forense, 1982.

LEONE, Giovane. Tratado de derecho procesal penal. Trad. de Santiago Sentis Melendo. Buenos Aires EJE, 1963.

Disciplina: SOCIOLOGIA E FILOSOFIA JURÍDICA

Carga horária: 10 h/a

Objetivos: Conhecer e aplicar os conhecimentos jusfilosóficos e sociológicos a partir de uma reflexão acerca dos fundamentos da ordem jurídica contemporânea, das instituições e dos problemas jurídicos colocados a partir dos fenômenos globais e das constantes transformações sociais, culturais, científicas, políticas, econômicas e tecnológicas da sociedade contemporânea.

Conteúdo programático: Conceito de Filosofia. O lugar da Filosofia no âmbito do Direito. A Filosofia do Direito contemporânea: Justiça: perspectivas contemporâneas. A expressão filosófica do direito na contemporaneidade: seus principais temas e as novas correntes. O Direito e os desafios ao seu sentido. As relações entre Direito e Poder: a leitura dos marxistas e dos estruturalistas. Contexto histórico, social e intelectual da Sociologia como ciência. Sociologia e senso comum. Noções dos clássicos da sociologia: o positivismo, o materialismo histórico e a sociologia compreensiva. Relações étnico-raciais. Temas especiais de Sociologia contemporânea relativos à realidade brasileira e mundial. O direito como questão sociológico.

Bibliografia básica:

BAUMANN, Zygmunt e MAY, Tim. Aprendendo a pensar com a Sociologia. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2010.

BITTAR, Eduardo, C. B. Curso de Filosofia do Direito. São Paulo: Atlas, 2017.

PALOMBELLA, Gianluigi. Filosofia do Direito. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2005.

Bibliografia complementar:

ARENDDT, Hannah. Origens do totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CARVALHO, José Murilo. Cidadania no Brasil – o longo caminho. Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2002.

CHAUÍ, M. Convite à Filosofia. São Paulo: Ática, 1994.

Disciplina: GESTÃO ADMINISTRATIVA DAS VARAS

Carga horária: 5 h/a

Objetivos: Aperfeiçoar e desenvolver competências relacionadas à atuação na administração judiciária, visando aprimorar a gestão dentro do Poder Judiciário.

Conteúdo programático: Introdução à gestão administrativa, conceito e pressupostos da informação,

suporte de registros da informação; Marco legal da gestão de documentos no poder judiciário, histórico, legislação (CF, arts. 5º, 22, 37 e 216, Lei nº 8.159/91, Lei nº 9.605/98, Lei nº 12.682/2012), Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), Resoluções CNJ 91/2009 (MoReq-Jus) e 46/2007 (Tabelas Processuais Unificadas do Poder Judiciário – classes, assuntos e movimentação processual; Recomendação 37/CNJ: noções básicas.

Bibliografia básica:

CASSESE, Sabino. As Transformações do Direito Administrativo do Século XIX ao XXI. in Revista Interesse Público Ano 5, n. 24, março/abril de 2004, Porto Alegre: Notadez.

FIATES, Gabriela Gonçalves Silveira. Modelos de gestão e gestão pública. Palhoça: Unisul Virtual, 2007.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. “Da administração pública burocrática à gerencial”. In PEREIRA, Luiz Carlos Bresser, e SPINK, Peter (org). Reforma do Estado e administração pública gerencial, 3ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

Bibliografia complementar:

DEOLINDO. Vanderlei. Planejamento Estratégico em Comarca de Porte Médio. Coletânea de trabalhos de conclusão de curso apresentados ao Programa de Capacitação em Poder Judiciário - FGV Direito Rio. Porto Alegre: Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, Departamento de Artes Gráficas, 2009.

PRZEWORSKI, Adam. “Sobre o desenho do Estado: uma perspectiva agente x principal”, in BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos e SPINK, Peter (organizadores). Reforma do Estado e administração pública gerencial. 3.ed., Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

SILVA, Cláudio Eduardo Regis de Figueiredo e. Administração Gerencial e a Reforma Administrativa no Brasil. Curitiba: Juruá, 2002.

5.4. AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

A avaliação do desempenho escolar será feita por disciplina, por meio de provas no sistema Gran Cursos, e terá por base o sistema de notas em valores numéricos, numa escala de 0 (zero) a 100 (cem) ponto, considerando-se aprovado(a) aquele que alcançar a nota mínima de 70(setenta) pontos.

5.5. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Será opcional.

5.6. ATIVIDADE DE EAD

Aulas expositivas, mesclando a teoria com casos práticos apresentados pelos docentes por meio de suas experiências profissionais e acadêmicas.

5.7. CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE UNIDADES CURRICULARES CURSADAS ANTERIORMENTE

O aproveitamento de estudos dar-se-á por equivalência ou isenção de disciplinas, caso o(a) aluno(a) já tenha cursado disciplina com carga horária e conteúdo programático compatíveis ou idênticos entre si. O pedido de aproveitamento de disciplinas será analisado pela coordenação do curso.

6. Coordenação do Curso

6.1. COORDENADOR DO CURSO

Renato Coelho Borelli

Juiz Federal do TRF 1. Foi Juiz Federal do TRF 5. Atuou no CARF/Ministério da Fazenda como Conselheiro (antigo Conselho de Contribuintes). É formado em Direito e Economia, com especialização em Direito Público, Direito Tributário e Sociologia Jurídica

E-mail: rcoelhoborelli@gmail.com

Telefone: (61) 99959-1980

6.2. CORPO DOCENTE

Unidade Curricular	Docente(s)	Titulação	Carga Horária
Direito Constitucional	Aragonê Fernandes	Especialista	68h
Direito Constitucional e Teoria do Estado	Valcir Spanholo	Mestre	20h
Teoria Geral do Processo Constitucional e Ações Constitucionais Coletivas	Roberta Queiroz	Mestra	20h
Teoria Geral do Processo Constitucional e Ações Constitucionais Coletivas II	Nilton Coutinho	Doutor	30h
Processo Civil e Aspectos Recursais (A Visão dos Tribunais Superiores)	Ronaldo Queiroz	Doutor	15h
Técnicas – Sentença Cível (Justiça Estadual)	Jayder Ramos	Especialista	10h
Técnicas – Sentença Cível (Justiça Federal)	Renato Borelli	Especialista	10h
Direito Administrativo	Gustavo Scatolino	Especialista	60h
Direito Penal e Direito Processual Penal Contemporâneo	Pedro Coelho	Especialista	20h
Técnicas – Sentença Penal	Danielle Rolim	Especialista	20h
Direito Processual Civil	Lídia Marangon	Especialista	60h
Teoria das Provas e Meios de Obtenção	Bruno Galvão	Mestre	20h
Medidas Cautelares, Prisão Processual e Liberdade Provisória	Geilza Diniz	Doutora	20h
Sociologia e Filosofia Jurídica	Hector Vieira	Doutor	10h
Gestão Administrativa das Varas	Jayder Ramos	Especialista	5h
Metodologia da Pesquisa Científica (opcional)	Julianna Moreira	Mestra	40h

6.3. BIBLIOTECA

Não haverá uma biblioteca física, em razão da natureza do curso. Caberá ao docente indicar em aula a bibliografia básica e complementar.

7. Estágio

7.1. Este curso de pós-graduação contempla, como diretriz curricular, apenas o estágio não obrigatório, assim considerado aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular obrigatória, nos termos da Lei n. 11.788, de 25 de setembro de 2008, devendo-se celebrar Termo de Compromisso de Estágio, como Instrumento Jurídico entre a Instituição de Ensino, a parte Concedente e o estagiário em cláusulas que estabeleçam as condições gerais (vigência, eventual bolsa e jornada de trabalho, compatível com as atividades escolares e nos limites legais) bem como as obrigações da Instituição de Ensino, em relação aos estágios de seus educandos; e as obrigações da parte concedente.

7.2. As atividades de extensão, de monitorias e de iniciação científica na educação superior, desenvolvidas pelo aluno, são equiparadas ao estágio.

7.3. Deve-se haver compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no Termo de Compromisso de Estágio.

7.4. O estágio, como ato educativo escolar supervisionado, deverá ter acompanhamento efetivo pelo professor orientador da Instituição de Ensino e por Supervisor da parte concedente, comprovado por vistos em relatórios de atividades a serem apresentados pelo aluno, em prazo não superior a 6 (seis) meses, e por menção de aprovação final.

7.5. Os relatórios periódicos e o final devem ser apresentados à instituição de ensino, com a descrição pormenorizado das atividades, inclusive com a natureza do estágio e jornada, e com a assinatura do supervisor da parte concedente.

7.6. Os relatórios periódicos do estagiário serão incorporados ao Termo de Compromisso por meio de aditivos à medida que for avaliado, progressivamente, o desempenho do aluno.

7.7. Quando devidamente formalizado, as atividades de estágio podem, a pedido do interessado ser acrescidas à carga horária regular e obrigatória, com o objetivo de acrescentar a carga horária respectiva como atividade complementar no certificado.